

# **Impactos da Crise Contemporânea na Seguridade Social: desafios postos aos assistentes sociais na saúde<sup>1</sup>**

Ivanete Boschetti<sup>2</sup>

## **Considerações Iniciais:**

1. Importância do Seminário, aprovado pelo Conjunto CFESS/CRESS: compromisso com debate coletivo e democrático que articula o trabalho profissional à defesa das políticas e dos direitos sociais
2. Se soma aos outros 3 Seminários Nacionais desse ano: SUAS, Sócio-Jurídico, Congresso da Virada
3. Inclui o debate dos parâmetros de atuação na área da Saúde, que integra a Série: Projeto Profissional nas Políticas Sociais

## **1. Sobre os Fundamentos da Crise**

- O trabalho de qualquer profissional, em qualquer política social, só pode ser compreendido a partir de sua inserção nas condições de trabalho vividas pela classe trabalhadora no contexto do capitalismo contemporâneo; não existe “ilha da fantasia” nesse momento extremamente regressivo em termos de direito ao trabalho, no atual contexto de agudização de mais uma crise do capital;
- A crise atual, em uma perspectiva marxista, é mais uma crise de superprodução, ou seja uma crise estrutural do capitalismo,

---

<sup>1</sup> Palestra realizada no Seminário Nacional de Serviço Social na Saúde, organizado pelo CFESS e CRESS/PE, no dia 08 de junho de 2009, em Recife/PE.

<sup>2</sup> Assistente Social, professora da UnB. Conselheira Presidente do CFESS – Gestão 2008-2011.

movida pela crescente busca de superlucros e ampliação da acumulação;

- A resposta à crise de 1929 sustentou-se famosa trilogia:
  1. Produção fordista – produção de massa para consumo de massa
  2. Padrão keynesiano – forte regulação estatal da economia e das relações sociais, na qual fazia parte a instituição de políticas sociais universais e pleno emprego
  3. Direitos de cidadania fundados na perspectiva marshaliana
- Esse padrão não impediu irrupção de nova crise, no final dos anos 1960, sendo que a resposta hegemônica, naquele momento, foi a instituição de políticas neoliberais, com desregulamentação da economia, redução do papel do Estado nas políticas sociais, abertura dos mercados, financeirização da economia, destruição dos direitos trabalhistas e sociais;
- A crise atual é mais uma crise de superprodução, uma crise estrutural do sistema capitalista, e, conforme nos sinaliza Mézaros, ela se estende por toda parte e viola nossa relação com a natureza, minando as condições fundamentais da sobrevivência humana
- A “origem da crise está na bolha especulativa dos mercados financeiros, que desde meados dos 1970, sob a égide da globalização financeira e do neoliberalismo estão absolutamente sem regulação e controle do Estado. Algumas das operações são muito próximas à fraude, atraindo aplicadores para produtos financeiros de alta rentabilidade, mas descolados do mundo real.

Esse processo criou um intenso movimento especulativo que se ancorava em uma base "podre" destinada cedo ou tarde a cair" (entrevista Evilásio Salvador);

## **2. As implicações e Consequências da Crise**

- As conseqüências dessa crise estrutural ainda são incalculáveis;
- Já se sabe que a crise vai ceifar 51 milhões de empregos em todo o mundo em 2009; Na América Latina e Caribe 23 milhões de trabalhadores perderão o emprego
- Os analistas neokeynesianos mais otimistas, que defendem a regulação econômica afirmam que quando a economia voltar à normalidade (não conseguem apontar perspectivas de quando isso acontecerá!) o cenário do emprego será completamente diferente
- As tendências são de aumento da terceirização; informalidade; da prestação de serviços sem regulação; destruição de postos de trabalhos e menos empregos na indústria e agricultura e manutenção ou leve ampliação no setor de serviços
- Também consideram que a reposição dos milhões de vagas que desaparecerão em 2009 será num ritmo inferior ao "reaquecimento" e recomposição da economia; ou seja, o que se vislumbra é uma condição estrutural de perda de postos de trabalho;
- Outra tendência, é que a perspectiva de reestruturação capitalista indica para uma reorganização dos postos de trabalho, com

desaparecimento de cargos e salários estáveis, sobretudo na indústria;

- Um estudo do Escritório de Estatísticas do Trabalho do Governo Americano, publicado pelo Globo, no dia 08/03/2009 (caderno Economia, p. 33), aponta que a expansão de empregos ocorrerá somente no setor de serviços, e sobretudo, para profissionais ligados a programas sociais, que serão uma estratégia de minimização dos efeitos da crise. Não por acaso, entre os profissionais listados no relatório, como profissão em expansão no mundo, estão: profissionais de comunicação, profissionais dedicados a atendimento domiciliar a crianças, idosos e pessoas com deficiência, engenheiros ligados à informática, veterinários, assistentes sociais, fisioterapeutas, entre outros da área de meio ambiente. Isso nos ajuda a compreender a forte expansão dos Cursos de Serviço Social. Somos hoje, aproximadamente 84.000 assistentes sociais no Brasil. Crescemos, em 3 anos (2006 a 2009) 30% (20.000) do que formamos em 70 anos de profissão;

#### **4. Impactos da Crise na Seguridade Social**

- O impacto da crise na seguridade social é avassalador, porque parte importante da proteção social e da garantia de direitos no capitalismo contemporâneo foi transformada em um "produto financeiro" colocado à venda no mercado pelos fundos de pensão, sobretudo nas áreas de previdência e saúde;

- Esta é uma das conseqüências diretas das reformas liberalizantes no sistema de proteção social na década de 1980 e 1990.
- A privatização dos benefícios da seguridade social se constituiu em um dos principais corolários do modelo neoliberal, tornando as aposentadorias de milhares de trabalhadores refém das crises financeiras internacionais;
- A desestruturação do conceito de seguridade social, a destruição das fontes de financiamento pela reforma tributária, e o estímulo à privatização da saúde e da previdência são expressões concretas da crise;
- Para a previdência social, os impactos são diretos: privatização, perda de direitos nos fundos privados; redução da previdência a “serviços básicos”; acesso cada vez mais restrito, redução dos valores das aposentadorias.
- Nossa condição de acesso à previdência é absolutamente excludente:
  - ✓ a elevada informalidade nas relações de emprego faz com que 45.802.229 trabalhadores ocupados (47,69% da PEA) não contribuam para a seguridade social, e, portanto, não tenham acesso aos direitos previdenciários;
  - ✓ o baixo valor dos benefícios: pois 80,31% dos 24.593.390 benefícios estão abaixo de 2 SM (R\$ 930,00), ou seja, abaixo de U\$ 465;
- Para a saúde, a tendência é a mesma: privatização direta e ativa, com estímulo ao setor privado e aos planos privados; ou

privatização passiva, por meio da redução ou ausência de qualidade nos serviços públicos; na redução de serviços e leitos; na não recomposição de quadro de trabalhadores; na não garantia dos recursos necessários; no estabelecimento de estratégias de privatização, como a transformação dos serviços públicos em fundações estatais de direito privado (e não público, como afirmam), e que será objeto de análise nesse seminário;

- Na política de assistência social, bastante discutida no Seminário de abril, a tendência de limitá-la a programas de transferência de renda como o bolsa família é grande, ou então fazer da assistência a tal “porta de entrada” para a integração social;

## **5. Desafios aos Assistentes Sociais**

- É preciso termos clareza que não é possível superar a crise e nem romper com a desigualdade estrutural do capitalismo por meio de “reformas sociais”;
- Constatar e reconhecer isso é atestar a inviabilidade do nosso projeto ético político profissional?
- Acredito que não!
- Reconhecer essa realidade em sua complexidade e dimensão de totalidade nos sinaliza as possibilidades, mas também limites de nossa intervenção profissional, e, ao mesmo tempo, nos revela o que Marx já sinalizava ao analisar o significado do reconhecimento

das primeiras legislações fabris inglesas: “a luta por direitos é uma luta multissecular entre capital e trabalho. Os ganhos do trabalho impõem limites à economia do capital, mas não rompem com a exploração do trabalho pelo capital”;

- Por isso, é preciso reafirmar permanente, contínua e cotidianamente os valores e princípios do nosso projeto ético-político profissional, comprometido com a emancipação humana e a construção de uma nova ordem social, não capitalista, sem exploração;
- O enfrentamento das expressões da questão social, que constituem nosso objeto de intervenção, contudo, requer a construção de mediações teóricas, éticas e políticas importantes em nosso cotidiano, e gostaria de sinalizar algumas:

1. A primeira é termos uma visão histórico-processual da realidade: o que significa dizer que devemos reconhecer os limites dados pela estrutura econômica capitalista, mas devemos alimentar a convicção de todas as coisas e todas as idéias se movem, se transformam, se desenvolvem, porque são processos; agora, só se tornam processos pela ação de homens e mulheres, sujeitos históricos capazes de transformar a

história; é preciso acreditar na nossa capacidade e potencialidade de transformar a realidade; e não sucumbir ao desencanto e conformismo; o **nosso primeiro desafio, portanto, é acreditar no nosso projeto ético político e tecer cotidianamente as condições para materializá-lo;**

2. Decorrente e ao mesmo tempo determinante dessa primeira estratégia, a segunda é reconhecer o Estado e a sociedade como espaços contraditórios; o que significa reconhecer que nem o Estado, nem a sociedade ou as instituições que a conformam são blocos monolíticos e homogêneos; significa reconhecer que todos os espaços são constituídos por forças sociais em confronto e em conflito; significa dizer que explorar as contradições é disputar espaços e lutar pela hegemonia, é buscar construir a contra hegemonia; desse modo, **um segundo desafio do nosso projeto é reconhecer que não existe limite imutável para o descobrimento da igualdade e desigualdade das coisas; que os limites que existem são mutáveis, relativos, provisórios, se suprimem, se deslocam, se suprimem novamente, em função de suas contradições internas que devem ser exploradas;** assim, é preciso explorar



as contradições no âmbito do Estado, como também no âmbito da sociedade;

3. É nessa perspectiva que a terceira dimensão estratégica de viabilização do nosso projeto passa, por uma **postura política-profissional que articula as lutas pela radicalização da democracia e articulação e fortalecimento dos movimentos sociais da classe trabalhadora:**

➤ **A radicalização da democracia** não significa negação das instituições democráticas; ao contrário, significa fortalecer a participação radicalmente democrática da classe trabalhadora nos espaços políticos, com vistas à socialização da política; essa perspectiva alimenta nossas lutas políticas por direitos amplos e irrestritos para as classes trabalhadoras; isso significa, do ponto de vista profissional, ocupar espaços públicos e estatais estratégicos que possam viabilizar a formulação e realização dos direitos, de modo a imprimir a estes os valores e princípios que defendemos: universalidade, eqüidade, redistributividade, ação participativa;

➤ **O fortalecimento dos movimentos sociais da classe trabalhadora**, é, mais do que nunca, essencial para não restringir a ação político-profissional ao âmbito de prestação de direitos e serviços públicos no âmbito do aparelho estatal; fazer história requer lutas coletivas, requer situar o indivíduo e a atuação profissional nas lutas mais gerais da classe trabalhadora; a conquista histórica de direitos só foi possível pelas lutas autônomas da classe trabalhadora; lutar democraticamente por direitos sociais como via de transição para a construção de uma sociedade socialista, requer o fortalecimento das lutas e movimentos mais gerais de defesa dos interesses das classes trabalhadoras; significa não sucumbir à visão de sociedade como conjunto de organizações não governamentais movidas por interesses solidários gerais e pretensamente desprovidas de interesses de classe; requer ver a sociedade como, parafraseando Marx, “teatro de toda história” e, portanto, prenhe de interesses contraditórios e forças em confronto; nessa perspectiva, uma condição de materialização do nosso projeto ético-político profissional, é a articulação de forças e a

construção de alianças estratégicas com a classe trabalhadora, com profissionais e usuários que sofrem opressões no campo racial, de orientação sexual, gênero, que têm como projeto uma sociedade justa, fraterna, igual e capaz de auto-determinar seu futuro;

- O que estou querendo afirmar é que nosso projeto tem que ser entendido no seu cerne, como um projeto que intenta a construção de uma nova sociedade, mas também deve ser mediatizado pela construção cotidiana e coletiva dos direitos no plano imediato;
- Por isso, nossos desafios, no âmbito da seguridade social, devem ser mediados por nossas lutas cotidianas para ampliação de acesso aos direitos e à riqueza socialmente produzida:
  1. Por uma política econômica que garanta crescimento e redistribuição da riqueza socialmente produzida, e de uma política tributária redistributiva, que onere mais o capital e menos o trabalho;
  2. Por uma reforma agrária que reverta a perversa estrutura fundiária, que hoje concentra enormemente as propriedades rurais: no Brasil, 2.214.983 minifúndios (até 1 módulo fiscal) dispõem de 7,5% da área rural, enquanto apenas 104.744 grandes propriedades (de 15 a 600 módulos fiscais) concentram 58,1% (Dieese, 2007:43);

3. Em defesa do direito ao trabalho e emprego para todos, sem discriminação: hoje, a taxa média de desemprego nas regiões metropolitanas é de 20,21% entre os negros e de 15,35% entre os não negros; é de 21% entre as mulheres e 15,1% entre os homens; (Dieese, 2007: 149-152);
  4. Na luta pela ampliação dos salários e rendimentos do trabalho, pois o valor do salário mínimo, que hoje corresponde a apenas U\$ 260, está longe de assegurar a garantia das necessidades básicas. Ele deveria corresponder a aproximadamente U\$ 1.000, segundo o Dieese (2008:57);
  5. Na luta pela universalização da seguridade social, com garantia de saúde pública para todos e ampliação dos trabalhadores segurados na previdência social;
  6. Na luta em defesa da educação laica, pública e universal em todos os níveis, para reverter o quadro de reduzido acesso ao ensino superior. No Brasil, o percentual de jovens com idade entre 18-24 anos inseridos no ensino superior é de apenas 21%, enquanto na Argentina é de 60%. A tendência recente na América Latina, vem sendo de ampliar o acesso por meio da ampliação do sistema privado em detrimento do ensino público: no Brasil, temos hoje 224 (11,13%) instituições de ensino superior públicas responsáveis por 31,7% das matrículas e 1789 (88,7%) instituições privadas que concentram 68,3% da matrículas (Barreyro, 2008). Estamos, portanto, bem longe de garantir educação superior como direito social e dever do Estado.
- Nessa luta, não podemos abrir mão de fortalecer estratégias de resistência na linha de defesa de direitos, fortalecimento dos movimentos sociais e radicalização da democracia;

Finalizo com um poema de Bertold Brecht, que nos lembra que:

**“Nada é impossível de mudar**

Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo.

E examinai, sobretudo, o que parece habitual.

Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural nada deve parecer impossível de mudar”

Bertold Brecht